

Artigos Livres

Educação e neoliberalismo: a pedagogia da precarização e a formação da força de trabalho para a lógica do capital

Education and neoliberalism: the pedagogy of precarization and the formation of workforce under the logic of capital

Educación y neoliberalismo: la pedagogía de la precarización y la formación de la fuerza de trabajo para la lógica del capital

Lorenzo Batista de Souza Ribeiro¹ , Carin Otilia Kaefer Lisbôa¹ 

¹ Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral analisar como a reforma do Ensino Médio, guiada pela racionalidade neoliberal, opera como instrumento de precarização do trabalho da juventude trabalhadora brasileira. Para a elaboração do artigo, foi realizada revisão de literatura que versa sobre a temática Educação e Neoliberalismo, assim como pesquisa documental das legislações educacionais do ensino médio, principalmente a Lei nº 13.415/2017. As lentes teóricas que sustentam este artigo, amparam-se na teoria social crítica. A Educação para fins mercadológicos de atendimento aos interesses do capital, perde sua função como valor intrínseco de direito humano, caracterizando-a a uma lógica da pedagogia da precarização, sendo, portanto, mais uma evidente expressão da questão social. Frente aos desafios contemporâneos, o Serviço Social, como profissão interventiva e que tem como objeto de trabalho, a questão social, reforça seu posicionamento ético-político em contribuir para (re) pensar formas de resistências coletivas que valorizem o direito à educação plena, universal e crítica.

Palavras-chave: Reforma do ensino médio; Neoliberalismo; Precarização trabalhista; Juventude

ABSTRACT

This article aims to analyze how the High School reform, guided by neoliberal rationality, operates as an instrument for the precarization of labor among Brazil's working-class youth. In order to develop this study, a literature review was conducted addressing the theme of Education and Neoliberalism, as well as documentary research on high school educational legislation, especially Brazilian Law No. 13.415/2017. The theoretical framework underpinning this article is grounded in critical social theory.

Education directed toward market purposes and the interests of capital loses its function as an intrinsic human right, shifting instead toward a logic of the pedagogy of precarization. As a result, it constitutes yet another evident expression of the social question. In light of contemporary challenges, Social Work, as an intervention-oriented profession whose object of practice is the social question, reaffirms its ethical-political commitment to contributing to the (re)thinking of collective forms of resistance that uphold the right to a comprehensive, universal, and critical education.

Keywords: High school reform; Neoliberalism; Labor precarization; Youth

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo general analizar cómo la reforma de la Educación Media, guiada por la racionalidad neoliberal, opera como un instrumento de precarización del trabajo de la juventud trabajadora brasileña. Para la elaboración del artículo, se realizó una revisión de la literatura sobre la temática Educación y Neoliberalismo, así como una investigación documental de las legislaciones educativas de la educación media, especialmente la Ley n.º 13.415/2017. El marco teórico que sustenta este artículo se apoya en la teoría social crítica. La educación orientada a fines mercadológicos y al servicio de los intereses del capital pierde su función como valor intrínseco de derecho humano, caracterizándose por una lógica de la pedagogía de la precarización y constituyéndose, por lo tanto, en otra expresión evidente de la cuestión social. Frente a los desafíos contemporáneos, el Trabajo Social, como profesión interventiva cuyo objeto de trabajo es la cuestión social, reafirma su posicionamiento ético-político en contribuir a (re)pensar formas de resistencia colectiva que valoren el derecho a una educación plena, universal y crítica.

Palabras clave: Reforma de la educación media; Neoliberalismo; Precarización laboral; Juventud

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a ascensão da racionalidade neoliberal tem reconfigurado profundamente as funções do Estado, o conteúdo das políticas sociais públicas e as formas de sociabilidade. No campo da educação, esse processo tem se traduzido em reformas estruturais que deslocam o sentido da escola pública como espaço de formação integral e crítica, para um ordenamento funcional à lógica do mercado. A implementação do novo Ensino Médio no Brasil, ancorada na Lei nº 13.415/2017, representa um dos marcos expressivos dessa inflexão, pois redefine o currículo escolar a partir da noção de “itinerários formativos”, da centralidade das competências e da formação voltada à empregabilidade.

Essa transformação educacional não pode ser compreendida de forma isolada, mas como parte de um projeto mais amplo de reorganização do papel do Estado,

centrado no desmonte das políticas universais e na ampliação da responsabilização individual frente às expressões da questão social. A ênfase em uma formação técnica e fragmentada atende às demandas de um mercado de trabalho precarizado, em que a flexibilização das relações laborais exige sujeitos adaptáveis, produtivos e despolitizados.

Neste cenário, a educação deixa de ser concebida como um direito social universal e passa a ser tratada como um investimento privado, individualizado e subordinado a fins mercadológicos, esvaziando sua função crítica e emancipatória. Essa pedagogia da precarização, como será abordado ao longo deste artigo, reforça desigualdades sociais históricas, aprofunda a exclusão de juventudes empobrecidas e racializadas, e alimenta um ciclo de reprodução da força de trabalho subordinada às exigências do capital.

Diante disso, este artigo tem como objetivo, analisar os efeitos da reestruturação da educação básica no Brasil sob a lógica neoliberal, evidenciando como as recentes reformas educacionais contribuem para a formação de sujeitos adequados ao trabalho precário e para o enfraquecimento da cidadania crítica. A análise está ancorada em uma abordagem histórica dialética - crítica, articulando temas que versam o campo da educação, do trabalho e da política social, em diálogo com autores como Gaudêncio Frigotto, Dermeval Saviani, Dardot e Laval, Wendy Brown, Ricardo Antunes, Giovani Alves, Marilda Villela Iamamoto, entre outros. Destarte, pretende-se contribuir para o debate sobre os desafios postos ao Serviço Social diante da intensificação da questão social e da crescente despolitização da juventude brasileira.

Partindo desse cenário de reconfiguração do Estado e mercantilização da educação, a presente pesquisa parte do seguinte problema: como a reforma do Ensino Médio, orientada pela lógica neoliberal, impacta a juventude trabalhadora brasileira e expressa a reestruturação das políticas públicas sob a racionalidade da financeirização e da precarização? Neste sentido, o objetivo geral consiste em analisar de que forma essa reforma atua como instrumento de precarização do trabalho juvenil e de redefinição do papel do Estado na contemporaneidade. Para alcançar tal propósito, estabelecem-se três objetivos específicos: compreender as transformações nas políticas públicas

educacionais brasileiras à luz da racionalidade neoliberal; contextualizar os impactos da Lei nº 13.415/2017 na formação da juventude trabalhadora; e refletir sobre as possibilidades de resistência e enfrentamento à precarização da educação a partir do campo das políticas públicas e do Serviço Social. Este artigo baseia-se em uma revisão de literatura e pesquisa documental, fundamentada na perspectiva histórico dialético-crítica. A investigação busca compreender a relação entre a reestruturação das políticas educacionais brasileiras e a lógica neoliberal, com foco na formação da força de trabalho e na intensificação da questão social.

Como fontes documentais, foram examinados textos normativos e diretrizes oficiais, com destaque para a Lei nº 13.415/2017, que institui o novo Ensino Médio, além de documentos do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e de entidades da sociedade civil como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Esses materiais foram analisados criticamente à luz da teoria social crítica, considerando seus vínculos com a política econômica vigente e as transformações no mundo do trabalho.

A pesquisa bibliográfica apoiou-se em autores que problematizam o papel da educação no contexto do capitalismo contemporâneo e a ação do Estado sob o neoliberalismo. Destacam-se os aportes de Gaudêncio Frigotto, Ricardo Antunes, Dermeval Saviani, Dardot e Laval e, Wendy Brown, entre outros, que oferecem subsídios teóricos para a análise crítica das reformas educacionais e sua articulação com o modelo neoliberal e a precarização das relações laborais.

A metodologia adotada não se limita à descrição dos dados, mas busca interpretar as reformas educacionais como parte do processo de mercantilização dos direitos sociais e de conformação de sujeitos ajustados à lógica do capital, especialmente em sua fase financeirizada. A escolha por essa abordagem se justifica pela necessidade de compreender o fenômeno educacional como expressão da totalidade concreta, em suas mediações com os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

2 NEOLIBERALISMO, TRABALHO E RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO

A emergência do neoliberalismo como projeto político e econômico global, a partir das décadas de 1970 e 1980, marca uma inflexão na forma de regulação social do capitalismo, rompendo com o modelo de Estado de Bem-Estar Social construído no pós-guerra. Ao contrário do discurso que o apresenta como uma simples redução da intervenção estatal, o neoliberalismo constitui uma forma ativa e abrangente de governamentalidade (Foucault, 2008; Brown, 2019), que busca reorganizar o Estado para atender às exigências do capital em sua fase de financeirização e reestruturação produtiva.

A racionalidade neoliberal redefine os papéis do Estado e das políticas públicas, deslocando seu eixo da universalização dos direitos sociais para a lógica da eficiência, da produtividade e da responsabilização individual. Como destacam Laval e Dardot (2016), o neoliberalismo não se limita a um conjunto de medidas econômicas, mas opera como uma racionalidade total que atravessa as instituições, os sujeitos e os modos de vida. O Estado neoliberal não abandona completamente o seu papel, mas é reconfigurado para atuar como gestor da racionalidade neoliberal, operando como indutor da competitividade e promotor da mercantilização de todas as esferas da vida social. Sua função é criar dispositivos normativos e institucionais para que os próprios sujeitos e instituições se tornem responsáveis pela gestão de riscos, internalizando a lógica do mercado em sua conduta. Como afirmam Dardot e Laval (2016, p. 123), A vida sob o neoliberalismo transforma-se em uma “perpétua gestão de riscos” que exige autocontrole, flexibilidade e responsabilização individual.

No campo do trabalho, os impactos dessa nova racionalidade são profundos. Com a reestruturação produtiva; a flexibilização das relações laborais, a ascensão de novas formas de informalidade, o desemprego estrutural e superexploração, se priorizam a força de trabalho e ocasionam inseguranças na classe trabalhadora. Como observa Ricardo Antunes (2018), o trabalho do século XXI se caracteriza por uma intensificação do controle, da insegurança e da fragmentação, especialmente entre jovens, mulheres e populações racializadas.

Essa ofensiva do capital, sob a hegemonia neoliberal, reverbera em consequências profundas para a população brasileira, pois como afirma Antunes (2018), de acordo com a evolução da pobreza no Brasil, constata-se uma nova forma de reprodução da pobreza, que é cada vez mais concentrada no interior do mercado de trabalho, ou seja, a população ativa do mercado de trabalho passa a vivenciar as expressões que antes eram mais comuns à população inativa (2018). A pulverização das novas formas de atender aos requisitos neoliberais, atingiu também, o espaço educacional, com o intuito de formar sujeitos conformados e que se adaptem à lógica da instabilidade, da multifuncionalidade e da permanente capacitação como subsídio fundamental de sucesso profissional.

É nesse contexto que a educação pública passa a ser reconfigurada como ferramenta de preparação para o “novo” mercado de trabalho, em detrimento de sua função crítica e emancipadora. O processo de formação humana é subordinado à lógica da empregabilidade, do empreendedorismo e da auto responsabilização, esvaziando o conteúdo político da cidadania e reconfigurando a política educacional como um dos instrumentos centrais de reprodução da desigualdade social. Essa perspectiva é particularmente nociva em países periféricos como o Brasil, onde a questão social assume formas agudas e complexas.

É nesse panorama que a educação pública passa a ser reconfigurada como ferramenta de preparação para o “novo” mercado de trabalho, em detrimento de sua função crítica e emancipadora. A lógica da empregabilidade se sobrepõe à formação integral, restringindo o processo educativo à aquisição de competências instrumentais e habilidades adaptativas exigidas pelo capital, o ideário neoliberal transforma a escola em espaço de treinamento para a competitividade, o empreendedorismo e a autogestão do risco, esvaziando o conteúdo político da cidadania e destituindo a educação de seu potencial formativo enquanto direito social.

Como apontam Dardot e Laval (2016), essa reconfiguração da subjetividade através da educação, reforça a naturalização da desigualdade, uma vez que incute nos sujeitos a responsabilidade individual pelo sucesso ou fracasso diante do mercado.

Em vez de promover uma consciência crítica sobre as estruturas sociais que produzem a exclusão, a educação neoliberal opera como uma pedagogia da conformidade, da flexibilidade e da autovigilância — especialmente nos países periféricos como o Brasil, onde as assimetrias sociais são mais profundas e estruturais.

3 A REFORMA DA EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PRECARIZAÇÃO?

A aprovação da Lei nº 13.415/2017, que instituiu a Reforma do Ensino Médio no Brasil, representa uma das expressões mais evidentes da reestruturação do Estado sob a racionalidade neoliberal nas políticas sociais. Promovida no contexto das contrarreformas intensificadas após o golpe institucional de 2016, essa medida introduz mudanças estruturais na organização do currículo, como a ampliação da carga horária, a implementação do sistema de itinerários formativos e a centralidade das competências e habilidades no processo de avaliação. O ensino passa a ser orientado por uma lógica de flexibilização curricular, fragmentação do conhecimento e vinculação direta com as exigências do mercado de trabalho. Em lugar da formação integral e crítica, promove-se uma formação funcional, voltada à empregabilidade e à adaptação dos jovens às dinâmicas precárias e instáveis do mundo do trabalho. Essa reforma descaracteriza o papel universal, laico e emancipador da escola pública, convertendo-a em um espaço de adestramento para a competitividade, o empreendedorismo e a gestão individual dos riscos sociais. Como destaca Behring (2003), as contrarreformas operadas pelo Estado neoliberal incidem diretamente sobre os direitos sociais, promovendo sua recomposição sob a ótica da austeridade fiscal e da responsabilização individual, enfraquecendo o princípio da universalidade e aprofundando as desigualdades.

A aprovação da Lei nº 13.415/2017, que instituiu a reforma do Ensino Médio no Brasil, representa uma das expressões mais nítidas da reestruturação do Estado sob a racionalidade neoliberal. Inserida no bojo das contrarreformas promovidas após o golpe institucional de 2016, essa medida consolida a lógica da flexibilização curricular, da fragmentação do conhecimento e da associação direta entre educação e mercado,

descaracterizando o caráter universal, laico e emancipador da escola pública. A justificativa oficial para a reforma — baseada na ideia de “modernização” e “protagonismo juvenil” — mascara seu real objetivo: adaptar a formação da juventude às exigências do mercado de trabalho precarizado e às demandas de produtividade do capital (Brasil, 2018).

Ao instituir os “itinerários formativos”, o Novo Ensino Médio consolida um modelo educacional baseado na segmentação curricular, que permite ao estudante escolher áreas específicas de aprofundamento, como linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. Essa estrutura flexibiliza o currículo básico e promove a fragmentação do conhecimento, pois os conteúdos tradicionais das disciplinas fundamentais da formação humana — como filosofia, sociologia, artes e ciências humanas — passam a ocupar um espaço menor no currículo obrigatório, sendo frequentemente incorporados de forma dispersa nos itinerários, que não garantem uniformidade ou profundidade. Conforme estabelece o artigo 35-A, §3º, da Lei nº 13.415/2017, a carga horária do currículo comum será de pelo menos 60% da carga total, com os demais 40% dedicados aos itinerários formativos — o que reduz o tempo para o ensino dos conteúdos estruturantes e amplia a margem para escolhas que tendem a privilegiar áreas voltadas à empregabilidade e formação técnica. Essa flexibilização compromete a construção de uma visão crítica de mundo e limita o acesso ao conhecimento sistematizado pelas camadas populares, restringindo a educação à lógica da segmentação e da adaptação ao mercado.

Além disso, a ampliação da carga horária do Ensino Médio, prevista no artigo 35-A, §1º, da Lei nº 13.415/2017, que estabelece um mínimo de 1.000 horas anuais (contra aproximadamente 800 horas do modelo anterior), sem os devidos investimentos em infraestrutura e valorização profissional, agrava as desigualdades educacionais e sobrecarrega as redes públicas, aprofundando a clivagem entre escolas de elite e escolas para os pobres. Essa diferenciação estrutural tem consequências diretas sobre a reprodução das desigualdades sociais, já que restringe as possibilidades de mobilidade e autonomia dos jovens trabalhadores.

Como destaca Frigotto (2017), a reforma educacional atende aos interesses do grande capital — em especial das fundações empresariais e do setor financeiro — que veem na educação básica um novo campo de acumulação e controle ideológico. Organizações como o Todos pela Educação, o Instituto Unibanco e a Fundação Lemann, mesmo com intenções declaradas de melhorias da educação, acabam por fortalecer a lógica do mercado, pois atuam como “intelectuais orgânicos” do capital, promovendo uma agenda privatista e meritocrática em consonância com os preceitos do capital humano.

Assim, a reforma do Ensino Médio se revela como parte de uma estratégia mais ampla de precarização da juventude trabalhadora, em que a educação é instrumentalizada para a formação de sujeitos dóceis, adaptáveis e subordinados. Essa política não responde às necessidades sociais da juventude brasileira, mas às exigências de um sistema econômico excludente e concentrador de riquezas, comprometendo o direito à educação como dimensão essencial da cidadania e da construção democrática.

3.1 A Pedagogia da Precarização: impactos sobre juventudes e políticas públicas

A reforma educacional neoliberal, ao subordinar a escola à lógica da empregabilidade, tem impactos profundos sobre as juventudes brasileiras, especialmente aquelas oriundas das camadas populares, negras e periféricas. Essa “pedagogia da precarização” produz e reproduz desigualdades sociais históricas, limitando o acesso ao conhecimento crítico e fortalecendo um modelo educacional que visa apenas formar mão de obra para um mercado de trabalho cada vez mais instável, precarizado e informal.

As políticas públicas de juventude, que já são historicamente frágeis e segmentadas, sofrem com o desmonte das garantias sociais e com a redução dos investimentos públicos, reforçando a exclusão social e a marginalização dos jovens. A sobreposição entre a precarização do trabalho e a precarização da educação contribui para o aumento da vulnerabilidade social, um ciclo no qual, as novas gerações são sistematicamente desqualificadas para o exercício pleno da cidadania.

Nesse contexto, a educação pública deixa de ser um espaço de emancipação e passa a ser um instrumento de manobra para a manutenção dos interesses neoliberais, em que se impõe a responsabilização individual sobre as dificuldades estruturais, como o desemprego, a pobreza e a exclusão social. Isso se manifesta em currículos fragmentados, em políticas sociais focalizadas e condicionalidades que penalizam os mais vulneráveis.

Para o Serviço Social, esses impactos reforçam o desafio ético-político de defender uma educação pública, crítica e emancipatória, que possa articular o enfrentamento das desigualdades educacionais e a promoção da justiça social. É fundamental que profissionais da área atuem em articulação com movimentos sociais, coletivos de juventude e outras organizações comprometidas com a democratização da educação e a garantia de direitos.

Por fim, o enfrentamento desta lógica passa pela compreensão da educação como campo estratégico de luta contra o avanço neoliberal, sendo necessário ampliar a resistência coletiva para a construção de políticas públicas que valorizem o direito à educação plena, universal e crítica, em consonância com os princípios do Serviço Social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite afirmar que a reforma do Ensino Médio, formalizada pela Lei nº 13.415/2017, não é um evento isolado no campo da educação brasileira, mas expressão concreta de um processo mais amplo de reestruturação do Estado e das políticas públicas sob a hegemonia da racionalidade neoliberal. Inserida em um contexto de contrarreformas e austeridade fiscal, essa medida incorpora, no núcleo da política educacional, os princípios da mercantilização, da responsabilização individual e da subordinação da formação escolar às demandas do mercado.

Ao instituir itinerários formativos, flexibilizar o currículo, reduzir o espaço das disciplinas críticas e centralizar a lógica da empregabilidade, a reforma redefine o próprio sentido da escola pública. O que antes deveria constituir-se como espaço de formação integral, crítica e universal, transforma-se em uma plataforma de adestramento para a instabilidade, a polivalência e a auto responsabilização,

produzindo sujeitos moldados para sobreviver em um mercado de trabalho precarizado e financerizado. Esta “pedagogia da precarização” não apenas limita o acesso ao conhecimento sistematizado, como também reforça mecanismos de reprodução das desigualdades estruturais que afetam, de maneira ainda mais aguda, a juventude trabalhadora, negra e periférica.

O impacto desta lógica vai além da esfera escolar: repercute diretamente na constituição da cidadania e na capacidade de ação política das novas gerações. Ao deslocar a responsabilidade pelo êxito ou fracasso para o indivíduo, a reforma esvazia a compreensão crítica das determinações históricas e estruturais da questão social, naturalizando a exclusão e a pobreza. Nesse cenário, a educação deixa de cumprir seu papel estratégico na construção de um projeto democrático e inclusivo, tornando-se mais um dispositivo de legitimação das desigualdades e da concentração de poder e riqueza.

Para o Serviço Social, compreender essa engrenagem é uma exigência ético-política. Não se trata apenas de diagnosticar os efeitos nocivos da reforma, mas de atuar na construção de estratégias coletivas de resistência que articulem movimentos sociais, organizações estudantis, sindicatos e demais forças comprometidas com a defesa do direito à educação. Essa resistência deve ser capaz de recolocar a educação pública no horizonte de um projeto

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha mãe, Raquel Karas Batista, que faz e fez de tudo para me proporcionar uma educação de qualidade, secundamente a minha orientadora, Carin Otilia Kaefer Lisbôa, que me ajudou a compor esse artigo com sua sabedoria e auxílio exemplar, por fim, à minha namorada, Alessandra Gomes de Souza, pelo carinho, amor e acompanhamento nessa jornada e sem esquecer da minha universidade, UFSM, pelo suporte acadêmico e por toda oportunidade que me proporciona.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Financeirização, neoliberalismo e políticas sociais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BEHRING, E. **Política social no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394/1996, 11.494/2007 e 11.507/2007, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio: perguntas e respostas**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/acoes-e-programas/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Politécnica, 2019.
- CAMARGO, A.; CORSINO, P. Reforma do Ensino Médio e juventude trabalhadora: uma análise crítica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e219597, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/QNRDQpRCqtMzN6fPqCZMTbb/?lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2025.
- CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Análise crítica da reforma do ensino médio**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://campanha.org.br>. Acesso em: 24 jul. 2025.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capital: o papel da escola no projeto neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.
- FRIGOTTO, G. (org.). **Nova reforma do ensino médio: aprofundamento do velho projeto excludente**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço social e políticas sociais: formação e prática profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

Contribuição de autoria

1 – Lorenzo Batista de Souza Ribeiro

Graduação em andamento em Serviço Social pela UFSM.

<https://orcid.org/0009-0005-7787-8561> - lorenzo7ribeiro@gmail.com

Contribuição: Escrita – revisão e edição, Redação – rascunho original

2 – Carin Otilia Kaefer Lisbôa

Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela UFSM.

<https://orcid.org/0009-0001-9088-2873> - otiliakaefer@gmail.com

Contribuição: Supervisão.

Conflito de Interesse

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos entrando em contato com os autores.

Direitos Autorais

Os autores dos artigos publicados pela Revista Sociais e Humanas (Santa Maria) mantêm os direitos autorais de seus trabalhos e concedem à revista o direito de primeira publicação, sendo o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição (CC BY-NC-ND 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Plágio

A revista mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como Turnitin.

Editor - chefe

José Renato Ferraz da Silveira

Como citar este artigo

RIBEIRO, L. B. S.; LISBÔA, C. O. K. Educação e neoliberalismo: a pedagogia da precarização e a formação da força de trabalho para a lógica do capital. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 39, e95558, 2026. DOI 10.5902/2317175895558. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175895558>.